

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.005 - MG (2019/0099996-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : NOSMAR ALVES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : LUIZ FELIPPE LIMA FAQUINELI CAVALCANTE - MG187320
MARIA MARTINS DAMACENO DOS SANTOS - MG149149
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. PRISÃO CAUTELAR. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA AO PACIENTE. ALVARÁ DE SOLTURA. PEDIDO RECURSAL PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por NOSMAR ALVES DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.020921-3/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito, na data de 21/02/2019, com posterior conversão em prisão preventiva, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque trazia consigo 52 (cinquenta e dois) pinos de cocaína e 3 (três) porções de maconha (fl. 27).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte *a quo*, que denegou a ordem, conforme ementa abaixo transcrita (fls. 81-89):

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – NEGATIVA DE AUTORIA – VIA INADEQUADA – PRISÃO PREVENTIVA – NECESSIDADE – PROPENSÃO DELITIVA DO PACIENTE. 1. O exame aprofundado de matéria relativa ao mérito da ação penal, tal como a discussão acerca da autoria delitiva, não é permitido pela via estreita do Habeas Corpus, pois depende de dilação probatória, incompatível com o rito célere do writ. 2. Não há que se falar em constrangimento ilegal, se a decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em prisão preventiva encontra-se respaldada na garantia da ordem pública, mormente levando-se em conta a propensão delitiva dele."

Nas razões recursais, o Recorrente reitera os fundamentos da impetração originária, alegando, em síntese, a ausência de fundamentação idônea do decreto prisional,

Superior Tribunal de Justiça

porque ausentes, na hipótese, os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Aduz, para tanto, que:

"[...] o E. Tribunal Mineiro USOU COMO FUNDAMENTAÇÃO PARA NEGAR A ORDEM AO PACIENTE DE QUE HÁ PROPENSÃO DELITIVA DO MESMO, mesmo evidenciado que este é PRIMÁRIO! Todavia, responde por processos crime. Ademais, MESMO POSSUINDO PROVA CABAL NOS AUTOS DA AUSÊNCIA DE AUTORIA DO MESMO, o entendimento foi este, contrariando até mesmo decisões anteriores do mesmo E. Tribunal, com todo respeito, aparenta um pré-julgamento do indivíduo" (fl. 101).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão provisória do Recorrente ou a sua substituição por quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 110-113).

Prestadas as informações (fls. 119-151 e 152-155), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso ordinário (fls. 157-167).

É o relatório. Decido.

Conforme informações do Juízo da 3.^a Vara Criminal da Comarca de Uberada/MG, a prisão preventiva do Paciente foi revogada, na data de 19/07/2019, "[c]onsiderando-se o tempo de prisão decorrido, a primariedade do acusado Nosmar, e também o fato de que o atraso não pode ser imputado à defesa [...]" (fl. 173).

Desconstituída a prisão processual ora questionada, não há mais interesse na tramitação da presente via de impugnação, pois foi satisfeita a pretensão formulada nas presentes razões.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora